

Não se trata assim morador de rua e órfão



É difícil compreender as razões que levam a Prefeitura a insistir no que chama de reforma do sistema de albergues da capital e, mais recentemente, a cortar a merenda de crianças órfãs, porque, como essas são medidas que prejudicam pessoas carentes, elas comprometem sua imagem. Como isso não é do interesse dos governantes, sempre interessados em parecer generosos, a explicação mais plausível é uma incrível insensibilidade.

Quando no ano passado surgiram as primeiras críticas àquela reforma, que já resultou no fechamento de dois albergues – o Jacareí, que tinha 400 vagas, e o Glicério, que tinha 300, e dois outros deverão ter o mesmo destino –, a vice-prefeita e secretária da Assistência Social, Alda Marco Antônio, afirmou que, com exceção de 720 pessoas com mais de 65 anos, que seriam encaminhadas para imóveis da Prefeitura, onde receberiam assistência médica, 3.280 albergados não precisavam desse tipo de ajuda.

Na época, chamamos a atenção aqui para sua surpreendente declaração: “Tem muita gente que ganha R\$ 1 mil e continua morando nos albergues por comodismo. Ficam três, quatro anos.”

Simultaneamente com o fechamento dos albergues, aquela secretaria incluiria moradores de rua em programas sociais para facilitar sua reinserção na sociedade e, aos que quisessem retornar a suas cidades de origem, ofereceria passagens. Para os críticos da reforma, o seu verdadeiro objetivo é “limpar” o centro, forçando os que não têm onde

A Prefeitura deveria rever logo as suas decisões infelizes sobre albergues e merenda para órfãos

morar a ir para a periferia, se necessário criando novos albergues lá. Se essa era mesmo a intenção da Prefeitura, até agora o malogro é total. Os que perderam a possibilidade de se refugiar nos albergues preferem ficar ao relento no centro e bairros

vizinhos – dormindo sob marquises de prédios, debaixo de viadutos e no Minhocão, que à noite é fechado ao trânsito – do que ir para a periferia.

O resultado prático dessa medida desastrosa foi privar essa população carente de um leito e um teto, embora provisórios, que nas horas de maior aperto, sobretudo no inverno, podem ser a sua salvação.

A mesma insensibilidade demonstrada com o destino dessas pessoas parece estar na base da decisão da Prefeitura de cortar a entrega – que vigora desde 1.º de janeiro – de merenda a entidades que atendem crianças e adolescentes órfãos ou em situação de risco. Em lugar da merenda, estão sendo repassados àquelas entidades, que atendem em média 20 jovens, R\$ 2.289 por mês. Com os R\$ 3,80 que cabem a cada criança elas jamais conseguirão fazer as mesmas cinco refeições do sistema antigo. Admitindo que errou, a secretaria promete rever esse valor.

O melhor que a Prefeitura tem a fazer, nos casos dos albergues e dos órfãos, é revogar as decisões infelizes que tomou.